

A RELIGIÃO E A HISTÓRIA

Fernando A. P. Pereira*

Resumo

Numa primeira impressão poder-se-ia considerar não haver conceitos tão distintos como estes. Todavia, uma observação mais atenta revela que a Religião tem exercido forte influência sobre a conduta humana e, consequentemente, sobre a História, desde que o Homem adquiriu conhecimento de si próprio, por um lado encorajando a sua evolução e por outro tentando controlá-la.

Tempos houve em que os governantes eram descendentes dos deuses e, em nome deles, levavam a guerra aos seus vizinhos; na actualidade, já não se consideram familiares das divindades, mas continuam a agir como se fossem a dádiva de Deus aos seus países e a enveredar por conflito atrás de conflito.

Abstract

In a glance, one could consider that these are two absolutely different concepts. However, a closer look reveals that Religion has had a strong influence over human conduct and, consequently, over History, ever since Man acquire knowledge of himself, sometimes encouraging his evolution and, some other times, trying to control it.

There was an age when rulers were descendant of gods and, in their name, took war to their neighbours; in these days, they no longer consider themselves relatives to the divinities, but they still act as if they were God's gift to their countries and they still engage in one conflict after another.

«Não há povo tão primitivo, tão bárbaro, que não admita a existência de deuses, embora se engane sobre a sua natureza» – Cícero¹.

«Podereis encontrar uma cidade sem muralhas, sem edifícios, sem ginásios, sem leis, sem uso de moedas como dinheiro, sem cultura das letras. Mas um povo sem Deus, sem oração, sem juramentos, sem ritos religiosos, sem sacrifícios, tal nunca se viu» – Plutarco².

É impossível encarar a evolução histórica dos povos sem fazer referência às suas religiões, de tal modo estas últimas são parte integrante não apenas da cultura, como também da vida desses povos.

Efectivamente desde que, nos tempos pré-históricos, o Homem tomou conhecimento de si próprio, que a Religião tem sido uma pedra fundamental da comunidade, unindo-a em torno de uma identidade comum. Será difícil não imaginar um princípio para algo que é actualmente universal e apesar da quase indemonstrabilidade da teoria,

* Assistente Administrativo Principal, exercendo funções no Departamento Administrativo do Instituto de Getão Financeira da Segurança Social; aluno do 4º ano do curso de História, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

¹ Irineu Wilges, *Cultura Religiosa: As Religiões no Mundo*, Petrópolis, Editora Vozes, 2000, 11ª edição, p. 9.

² *Idem*.



devido aos escassos vestígios deixados pelo homem pré-histórico, tudo parece apontar para uma consciência mágico-religiosa, naturalmente pouco semelhante à religiosidade que se vive nos nossos dias, mas, mesmo assim, significativa.³

À medida que as sociedades foram crescendo, também as religiões se foram tomando mais complexas, exigindo uma variedade de ritos e preceitos para se obter o favor dos deuses. Quando mais tarde o monoteísmo é implantado, a Religião assume um papel sem precedentes de influência na sociedade. Essa influência estabelece-se naquilo que os povos têm de mais profundo: as suas crenças, as suas regras morais de conduta, o conjunto de valores que lhes permite distinguir o bem do mal.

Por outro lado, não faltaram reacções a esse poder da Religião de congregar vontades. Para os primeiros positivistas, a Religião dever-se-ia à ambição de uma casta sacerdotal que teria criado dogmas ininteligíveis e práticas supersticiosas, às quais foi sujeitando as comunidades pela educação, primeiro, e depois pela tradição e culto. Para o marxismo, seria a "superestrutura" do poder económico, em que o capital se defende por meio do exército, da polícia, do Estado e, finalmente, da Religião, pela qual não nos devemos revoltar contra os poderes instituídos, antes lhes devemos obedecer, sendo as injustiças corrigidas no céu; a Religião seria assim o "ópio do povo" e o progresso do socialismo eventualmente acabaria com ela⁴. Ironicamente, acabaria primeiro o socialismo marxista, em grande parte, por influência da Religião.

E, como a Religião tem importância determinante na conduta das pessoas, não pode ser ignorada pela política, que se baseia no apoio dessas mesmas pessoas. É assim que, ao longo da História, os governantes se têm servido dela para manter os povos pacificados após a conquista; veja-se o caso dos romanos que integravam os deuses dos outros povos na sua própria mitologia, da mesma forma que integravam esses povos no Império, dando-lhes assim a sensação de pertencerem a uma mesma "família".

Por outro lado, a Religião também pode servir como arma de resistência e subversão⁵ de um povo, como aconteceu com as ditaduras sul americanas do século xx às quais se opôs a "teologia da libertação"⁶, como justificativo para disputas de território como se verifica no Médio

Oriente, em que a questão da cidade de Jerusalém é inegociável para os israelitas⁷ dada a sua importância religiosa para o judaísmo⁸, ou ainda como crítica e alerta contra a sua própria demissão do papel de defesa da justiça social nas sociedades pela colagem a um poder político ditatorial⁹.

Por último, a Religião tem por si só uma importância política capaz de alterar o curso da História, como ficou demonstrado com a independência de Timor-Leste em que, a par com a resistência armada, havia uma voz constante denunciando as atrocidades praticadas no território por parte, entre muitos outros, da Igreja Católica local, na pessoa do seu bispo D. Ximenes Belo, muitas vezes actuando à revelia do que seria a orientação política do Vaticano. E, já que se refere o Vaticano, há que mencionar a enorme influência que a chefia da Igreja Católica Apostólica Romana exerce no mundo ocidental, particularmente após a revolução levada a cabo pelo Papa João XXIII com o Concílio Vaticano II, promotor de uma abertura sem precedentes à sociedade.

Contribuição da Religião para a História

O estudo da História nem sempre foi aquilo que hoje é: uma disciplina autónoma que pretende dar uma interpretação tanto quanto possível neutra sobre os acontecimentos, apoiando-se num método de investigação científico. Nos povos da Antiguidade as preocupações eram mais no sentido de deixar um registo para a posteridade de feitos gloriosos e em que a História era um produto da Religião ou não fossem os governantes divinos – caso dos Egípcios – ou representantes de divindades – caso dos Assírios e Babilónios – com a missão de alargar o território a elas consagrado.

No caso dos hebreus, por exemplo, nos primórdios da sua existência como povo habitando um território, a História tem existência através da Religião, pois a confirmação dos acontecimentos históricos anunciados pelos profetas, nomeadamente as catástrofes, ganhava

³ André Leroy-Gourhan, *As Religiões da Pré-História*, Lisboa, Edições 70, 1982, pp. 128-134.

⁴ Irineu Wilges, *op. cit.*, p. 20.

⁵ Robert A. Heinlein, *O Dia Depois de Amanhã*, Mem-Martins, Publ. Europa-América, s.d., pp. 9-56, *passim*. Na sequência de uma hipotética invasão asiática, os EUA são completamente derrotados à excepção de um laboratório ultra-secreto desconhecido dos invasores, onde um grupo de cientistas havia tropeçado numa descoberta revolucionária no campo electromagnético que seria uma importante arma militar se fosse convenientemente utilizada sem que o inimigo se apercebesse; a forma encontrada foi usá-la sob a capa de uma nova religião, ostensivamente subserviente às novas autoridades e assim por elas tolerada e favorecida, mas com uma acção de subversão oculta que, no momento oportuno, seria fundamental para uma reviravolta decisiva.

⁶ Oriana Fallaci, *Entrevista com a História*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1975, pp. 459-482. Entrevista com o arcebispo católico brasileiro D. Hélder Câmara, crítico feroz da ditadura militar, em 1970.

⁷ Oriana Fallaci, *op. cit.*, p. 133. Entrevista à então primeira-ministra israelita Golda Meir, em 1972, em que a pergunta "Desistirão alguma vez de Jerusalém (...)?" recebe uma resposta inequívoca: "Não. Nunca. Não. Jerusalém não. Jerusalém nunca. Inadmissível. Jerusalém está fora de questão. Nem aceitamos sequer discutir Jerusalém.". Trinta anos decorridos sobre esta entrevista, é trágico verificar que a política israelita não se alterou, neste pressuposto essencial, de então para cá.

⁸ Cfr. Mark Jurgensmeyer, *The New Cold War? - Religious Nationalism Confronts the Secular State*, Los Angeles, University of California Press, 1994, pp. 62-69.

⁹ D. António Ferreira Gomes, *Carta ao Cardeal Cerejeira, 16 de Julho de 1968*, José Barreto (Introdução e notas), Lisboa, Publ. D. Quixote, 1996. Na data constante no título, D. António, Bispo do Porto, envia uma carta ao Cardeal Patriarca, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, criticando violentamente a apatia e convívio da Igreja Católica portuguesa perante o regime salazarista. Dez anos antes, a divulgação de um memorando por si enviado a Salazar, na sequência das manipuladas eleições presidenciais que ditaram a derrota do Gen. Humberto Delgado, em 1958, confrontando-o com a supressão das liberdades e uma repressão generalizada que sufocava Portugal, valer-lhe-ia o exílio em França, donde só regressaria em 1969, durante o governo de Marcelo Caetano.

significado religioso e era então posteriormente lembrada vezes sem conta para indicar ao povo o que sucedia a quem não seguisse os preceitos emanados por Deus. É nesta época que surge a ideia de que os acontecimentos têm um valor histórico por serem manifestações da vontade divina, transformando-se em “actuações” do Homem perante Deus, ideia mais tarde recuperada pelo Cristianismo.¹⁰

Além disso, para os hebreus o seu Deus intervém constantemente na História para proteger o Seu povo escolhido – lançando pragas contra o Egipto para forçar o faraó a libertá-lo ou abrindo as águas do Mar Vermelho para deixar passar os hebreus e fechando-as sobre o exército egípcio perseguidor – ou para o castigar – destruição de Sodoma e Gomorra ou fazendo os inimigos triunfar contra Israel –, sendo que a História deixa de ser um ciclo que se repete até ao infinito com criação, esgotamento, destruição e recriação do Cosmos (como sucedia nas teorias dos povos vizinhos), para passar a ter um fim determinado com a vinda do Messias e a ser directamente controlada pela vontade de Deus. Assim, o profetismo é confirmado pela pressão dos acontecimentos históricos e estes ganham um significado religioso segundo o qual Deus poderia estar satisfeito com os Seus escolhidos – para situações de glória e engrandecimento do povo, como a vitória nas batalhas – ou encolerizado com eles – caso em que enviaria pragas ou favoreceria os inimigos nas batalhas – por se afastarem do caminho traçado.¹¹

A tese do acontecimento histórico como manifestação da vontade divina seria retomada mais tarde por Santo Agostinho (354-430) e enriquecida com a filosofia do Cristianismo para criar uma explicação teológica da História pela qual se regista a intervenção da Divina Providência – a suprema sabedoria atribuída a Deus, com que Ele governa e dirige todas as coisas – no processo histórico. A História deixaria de ter uma evolução circular, com nascimento, vida, morte, nascimento (como nas mitologias orientais, em especial a indu), para passar a constituir um movimento dirigido por Deus e orientado para um fim último: o Reino de Deus. Este Providencialismo iria marcar o pensamento da Idade Média até ao século xv.^{12 13}

Sto. Anselmo, no século xiii, propôs um novo rumo com a sua máxima “*fides quaerens intellectum*” – a “fé que busca o intelecto”, por oposição à “fé cega”. S. Tomás Aquino (1224-1274), também chamado Doutor Angélico, foi mais além ao operar uma distinção entre a razão e a fé, promovendo um cristianismo independente do Imperador e do Papa, substituindo os mosteiros pelas universidades como centros de transmissão de cultura e privilegiando assim a ciência que as universidades passariam a servir por meio da pesquisa e do ensino.

Procurou uma explicação teológica para a História, de acordo com o Cristianismo, mas atribuindo aos processos “racionais” do pensamento uma importância cada vez maior, afastando-o da cultura monástica dominada pelas autoridades tradicionais (Bíblia, Padres da Igreja, Concílios, Papas) que frequentemente se contradiziam entre si. A escolástica, através das Sumas dos doutores da Igreja do século xiii, franciscanos ou dominicanos, buscou o suporte da razão e da análise de conceitos em vez de confiar exclusivamente na doutrina e nos dogmas da religião. A escolástica traduziu-se assim por um novo sistema de ensino que, embora continuasse baseado na leitura dos textos – com especial preponderância do texto sagrado da Bíblia, a *sacra pagina* –, na *lectio* ou lição, regista uma evolução profunda da leitura bíblica na qual a apreensão mística dum sentido secreto nos textos é progressivamente substituída por um processo “lógico”. A *lectio* irá assim fornecer informações que serão depois postas em *questio*; a questão será discutida “racionalmente”, tornando-se a *disputatio*, da qual o mestre extrai a sua *conclusio* pessoal. Os *magistralia*, as opiniões dos professores – que projectam conclusões individuais a cada um – tomam o seu lugar junto dos *authentica*, junto das autoridades tradicionais. A teologia viria-se para o empírico, para a análise racional e para a pesquisa científica, reavaliando: a razão (evidências) em relação à fé (mistérios), o sentido literal da Escritura em relação ao sentido alegórico e espiritual, a natureza em relação à graça, o direito natural em relação à moral especificamente cristã, a Igreja (Papa) em relação ao Estado (Imperador), a filosofia em relação à teologia, em suma, o humano em relação ao especificamente cristão.^{14 15}

Aqui se inicia a tradição ocidental de separação da esfera secular e temporal da esfera religiosa e monástica, a separação entre Estado e Igreja. A partir desta altura, a História e as outras ciências começam a demarcar-se da Religião, atingindo o ponto de ruptura com o Iluminismo da segunda metade do século xviii.

Além destas, a Religião produziu muitas outras contribuições indirectas para o estudo da História, ao influenciar o pensamento de filósofos como Kant e Hegel (religiosos de formação), de estudiosos como Renke, de críticos como Marx ou Nietzsche e de muitos outros.

Influência da Religião na História

Entra-se aqui num campo sobejamente conhecido, pois, pela sua própria natureza de congregar a vontade dos povos, a Religião sempre teve grande influência no evoluir da História.

¹⁰ Mircea Eliade, *O Mito do Eterno Retorno*, Lisboa, Edições 70, s.d., pp. 117-126.

¹¹ Vide *supra*.

¹² S.v. Sto. Agostinho cfr. Hans Küng, *O Cristianismo – Essência e História*, Braga, Círculo de Leitores, 2002, pp. 293-295.

¹³ *Dicionário Enciclopédico de Língua Portuguesa*, Lisboa, Publicações Alfa, 1992, pp. 35, 978.

¹⁴ S.v. Escolástica, cfr. Jacques Le Goff, *A Civilização do Ocidente Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, vol. 2.

¹⁵ S.v. Tomás Aquino, cfr. Hans Küng, *op. cit.*, pp. 389-401.

Além dos exemplos já citados para a Antiguidade, há que complementar a descrição do papel dos Judeus no processo histórico, para o que se reproduz um pequeno diálogo entre Frederico o Grande da Prússia e Jean Baptiste du Boyer, Marquês de Argens: “Pode citar-me uma só prova da existência de Deus que não tenha sido desmentida?” “Sim, Majestade: os Judeus!”¹⁶.

A religião judaica sempre foi influente na História, não tanto pelos seus ritos como pelo povo que a segue. Em Portugal, por exemplo, os Judeus¹⁷ estão presentes desde o século VI e surgem associados à fundação da monarquia portuguesa, quer na conquista de território aos mouros quer no povoamento desse território. Desde que se reunissem mais de dez indivíduos adultos, podiam constituir uma comunidade autónoma e as comunidades mais importantes pagavam elevados impostos à coroa, assim como lhe financiavam muitas outras actividades. Este factor, aliado às suas relações comerciais lucrativas com italianos e flamengos, bem como com o mundo muçulmano, traz-lhes grande riqueza e, consequentemente, enorme poder e influência. As relações dos Judeus com o poder em Portugal, são idênticas às que ocorreram e ocorrem no resto do mundo, com este povo sempre mantendo uma subtil mas determinante influência junto do poder político e, por conseguinte, na História.

Uma das formas de recordar os dois milénios já passados, é fazer uma listagem das pessoas que adquiriram grande poder: Maomé, Gandhi, Hitler, Estaline, Mao são alguns dos nomes que ocorrem e que sugerem desde admiração a ódio. Porém, uma única figura, não apenas neste período mas em grande parte da história humana, sobressai como tendo exercido uma esmagadora influência na História tal como é conhecida para o mundo ocidental: Jesus de Nazaré.

De facto, não apenas o sistema de datação comumente aceite em todo o mundo se baseia num cálculo errado do século VI acerca da data do Seu nascimento, como também nenhuma outra existência revelou ser tão poderosa e tão duradoura. O que é uma conclusão espantosa tendo em conta que Jesus teve uma vida breve numa região rural isolada do Império Romano, que morreu em agonia como um criminoso condenado e que ninguém anteciparia sequer uma pequena parte da imensidão de coisas feitas em Seu nome.¹⁸

O Cristianismo influenciou o curso da História no mundo ocidental de uma forma diametralmente oposta ao Judaísmo. Embora mais tardio que o segundo, teve o mérito de se tornar a religião oficial do Império Romano do Ocidente, o que lhe permitia organizar-se e assegurar a sua própria sobrevivência, de tal forma que, quando se deu o colapso deste, as estruturas eclesiásticas preencheram o vazio deixado pela

administração romana.¹⁹ Ao longo dos séculos a Igreja daí emergente sempre conseguiu manter-se de boas relações com o poder político, auxiliando-o muitas vezes a conseguir os seus objectivos, os quais, em última análise eram também os seus: mais poder e mais riqueza.

As Cruzadas²⁰, consideradas, por uns, a maior aventura da cristandade e, por outros, a última das invasões bárbaras, mudaram radicalmente o curso da História. Efectivamente, uma Europa atrasada e pobre em relação ao Islão, empenhou-se em defrontar este por iniciativa do seu chefe religioso máximo para libertar os lugares santos do Cristianismo e derrotar a influência da religião rival: o islamismo. O resultado final, saldou-se por uma derrota militar pesada e definitiva e uma retirada humilhante. Porém, a partir daí, o mundo conheceu uma deslocação do seu centro geopolítico e um acelerado desenvolvimento do então Ocidente em oposição ao Islão, cujo império, estagnado, completou a sua decadência, processo que culminaria nos Descobrimentos portugueses e na expansão europeia.

Um dos instrumentos mais poderosos da Igreja foi a Inquisição²¹, uma instituição eclesiástica que surgiu em 1232, quando foram lançados éditos de perseguição aos hereges na Europa. Também chamada de Santo Ofício, foi instituída como tribunal permanente da Igreja para investigar e combater heresias. A tão conhecida prática de queimar hereges em autos-de-fé foi introduzida nos últimos anos do séc. XII. O combate e repressão aos cânones discordantes da Igreja Católica eram levados a cabo por bispos e também pelo poder civil. Pode-se datar a sua origem na Idade Média, contudo uma maior vigilância e um aumento de medidas repressivas ocorreram a partir dos Concílios de Reims e Latrão, respectivamente 1163 e 1179. Porém, longe de abafar as vozes diferentes, a repressão e a intolerância instalaram-se no seio da sociedade, principalmente a partir de Gregório IX (1227-1241). Criou-se uma Inquisição centralizadora dependente do Papado e confiada normalmente a religiosos dominicanos ou franciscanos. Os países do Ocidente cristão, onde o Tribunal do Santo Ofício exercia a sua jurisdição passaram a ser palco do terror. Hereges eram, não só os que tinham uma vivência diferente da dos católicos, como todos aqueles considerados inimigos políticos, económicos, sociais e culturais, que era imperioso esmagar. Cada inquisidor tinha um número de funcionários a coadjuv-lo, bem como uma sociedade civil intolerante e delatora. Todos os suspeitos eram considerados, *a priori*, culpados, despojados de todos os seus bens materiais, sujeitos a um interrogatório violento ou muito violento, cujo fim era o de admitirem a sua culpabilidade e arrependimento. O acusado era apresentado em tribunal desconhecendo o delito, as circunstâncias que

¹⁶ Werner Keller, *História do Povo Judeu*, Alfragide, Imprimarte, 1966, p. 1

¹⁷ *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1985, vol. 1, pp. 363, 364.

¹⁸ Cfr. <http://www.time.com/time/magazine/>

¹⁹ Cfr. A.E.J. Morris, *Historia De La Forma Urbana – Desde Sus Origenes Hasta La Revolucion Industrial*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2001, 7ª edição, pp. 99-101.

²⁰ S.v. Cruzadas, cfr. Steven Runciman, *História das Cruzadas*, Lisboa, Livros Horizonte, 1993.

²¹ Cfr. <http://puccamp.aleph.com.br/bruxaria/inquisicao.html>; <http://www.teatro-dmaria.pt/historia/inquisicao.html>

o envolveram, bem como as testemunhas de acusação. O mais insólito no processo inquisitorial é o da defesa se apresentar como oficial do Santo Ofício. Muitos foram os que não escaparam à fogueira, à morte causada pelos flagelos impostos e nem os mortos ficaram impunes ao braço inquisitorial, pois até as suas sepulturas poderiam ser profanadas. A Inquisição²² iniciaria a sua decadência em 1682 e seria extinta em 1821.

Outro dos instrumentos de influência da Religião na História, talvez o mais perfeito, foi a Companhia de Jesus ou os Jesuítas, criada em 1540 pelo Papa Paulo III, com base no projecto de Sto. Ignacio de Loyola (1491-1556). O termo “Jesuíta” – originário do séc. xv significando aquele que usa frequente ou apropriadamente o nome de Jesus – foi primeiro aplicado à Sociedade em forma de crítica e censura (1544-1552), nunca tendo sido utilizado pelo seu fundador mas adoptado num sentido mais lato e mais lisonjeiro pelos membros e amigos. A sociedade define-se perante as outras instituições eclesiásticas como uma ordem mendicante e regular, isto é, um corpo de sacerdotes vocacionados para o trabalho apostólico, seguindo regras religiosas e contando com dádivas para a sua sobrevivência. Loyola começaria a sua auto-reforma e o recrutamento de seguidores inteiramente segundo a ideia de imitar Cristo e sem qualquer plano para criar uma ordem religiosa ou propósito de ter uma acção na conjuntura da época. Vivia-se a renovação cultural dos séculos xv e xvi, a expansão dos ideais do humanismo, os inícios do questionar e da descrença, os primeiros anos dos movimentos que levariam à divisão da cristandade ocidental em dois grupos: Roma e as Igrejas reformadas. A ideia seria seguir para a Terra Santa para converter os infiéis, desta vez num plano puramente espiritual; porém, devido à guerra com os Turcos ir para Jerusalém era agora impossível, pelo que, inesperadamente impedido de levar a cabo a tarefa que se tinha imposto, oferece os seus serviços e os dos seus seguidores ao Papa – como Cristo na Terra – que de imediato o emprega nos trabalhos mais prementes da altura. Foi apenas depois que os primeiros elementos entraram sob o comando do Papa em vários países, que a decisão de fundar uma Ordem foi tomada e que Ignacio foi incumbido de criar a sua Constituição geral, o que ele fez lenta e metodicamente, primeiramente introduzindo leis e costumes e verificando depois como resultavam. Estes não foram codificados senão após os primeiros seis anos, com mais três anos para se formularem as leis, cuja pertinência havia sido provada pela experiência. Nos últimos seis anos de vida, a Constituição assim composta foi finalmente revista e posta em prática por toda a parte. Esta sequência de acontecimentos explica como a Sociedade de Jesus, embora devotada a seguir Cristo como se nada mais houvesse no mundo para considerar, está também excelentemente adaptada às necessidades da época. Começou a dar-lhes resposta antes de começar a legislar e as suas leis foram a codificação das decisões que se provaram pela

experiência serem as mais indicadas para a prossecução de um duplo objectivo: de ordem pessoal e de ordem externa. De ordem pessoal, porque procuravam a perfeição espiritual dos seus membros e de ordem externa porque procuravam a salvação e o aperfeiçoamento daqueles a quem dirigiam o seu trabalho; ou seja, os seus objectivos eram a defesa e a propagação da fé, não apenas na Europa – onde se bateram contra a Reforma – como também nos novos territórios conquistados ou tornados acessíveis pelas descobertas portuguesas e espanholas. A influência dos Jesuítas foi grande, quer junto dos povos – através da pregação e da catequese –, quer junto do poder político. Na sua visão, a submissão do Estado à Igreja passava por uma delicada política de controlo dos governantes, para o que treinavam os seus membros na habilidade diplomática, nas maneiras cortesãs e no profundo conhecimento da psicologia humana. Tentavam ocupar os lugares de confessor junto daqueles que detinham ou viriam a deter o poder e é este poder sobre o poder que vai gerar a antipatia de estadistas e de outras ordens religiosas que irá levar à sua primeira extinção pelo Papa Clemente XIV em 1773. Posteriormente seria restaurada em 1814 pelo Papa Pio VII, como reacção às ideias liberais trazidas pela Revolução Francesa.²³

Na actualidade, o mundo ocidental procura distanciar-se da Religião, embora esta mantenha grande influência, directa ou indirecta, sobre as sociedades.^{24 25}

Obviamente, a influência da Religião na História não se esgota nos exemplos atrás descritos, nem o Ocidente é particularmente privilegiado nesse sector. A Igreja Católica teve uma influência decisiva para a actual cultura ocidental e ainda continua a tê-la, mas não foi a única entidade religiosa a influir no acontecimento histórico, nem tão pouco o Deus ocidental se pode considerar universal hoje em dia.

²³ s. v. Jesuítas cfr. *op. cit.*, nº 12, pp. 142-144; http://www.clofas.com.br/html/santa_se/religiosos/sotemum.htm

²⁴ Oriana Fallaci, *op. cit.*, pp. 442, 443. Entrevista com Sua Beatitude o Arcebispo Macários, chefe da Igreja Ortodoxa grega de Chipre e também Presidente no exílio, em 1974. A autora comenta: «(...) [Lembra-me] alguns papas da Renascença, conduzindo exércitos na guerra, e não sou capaz de aquilatar até que ponto é um padre, concluindo que em si não há nada de padre, mas que é um grande político vestido de padre.» O Arcebispo responde: «Está enganada. Sou primeiro um padre e depois um político, ou melhor, não sou nada um político. Sou um padre, acima de tudo um padre. Um padre a quem foi pedido ser chefe de Estado e, consequentemente, um político. (...)» De novo a autora: «(...) No mundo em que vivo, a luta dos leigos consiste em não permitir que o poder espiritual se misture com o poder temporal, impedindo um *leader* religioso de se transformar em *leader* político.» Resposta do Arcebispo: «No meu mundo, ao invés, isso é corrente. Muito corrente mesmo em Chipre, onde o arcebispo e os bispos são eleitos directamente pelo povo, através do sufrágio universal. Por outras palavras, em Chipre, o arcebispo não é somente um representante e administrador da Igreja, mas também uma figura nacional. Mais do que isso, a Igreja está interessada por todos os aspectos possíveis da vida; a religião cristã não se limita a tomar conta do progresso moral dos homens, também se preocupa com o seu bem estar social. Não vejo nenhum conflito entre a minha posição de padre e a de presidente. Não considero um escândalo o facto de ter os poderes temporal e espiritual. (...)»

²⁵ Cfr. Mark Juergensmeyer, *op. cit.*, p. 80. O envolvimento da Igreja Católica na política das Filipinas, através do apoio do Cardeal Jaime Sin a Corazón Aquino durante a revolta contra o regime de Ferdinand Marcos, em 1986, é referido como tendo sido crucial para que a rebelião resultasse e o ditador fosse derrubado.

²² Cfr. *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal, op. cit.*, vol. 1, pp. 344-346.

Se, na actualidade, existe um conjunto de nações em que os dois conceitos se confundem, é o Islão. Fenómeno emergente da época moderna, a História vivia até então na dependência da Religião; porém, como resultado dos contactos com os países industrializados da Europa e América, surgiu a necessidade de valorizar o passado para opor ao arsenal científico ocidental que havia triunfado onde as Cruzadas falharam, subjugando a sua cultura e criando os impérios do século XX. Os países islâmicos, todavia, estavam mais que preparados para o renascer da História, pois o Islão é uma religião que não se baseia apenas num livro sagrado (o Alcorão), mas também nos feitos e actos históricos do Profeta Mohammed – e, neste sentido, contribui também para a História além de a influenciar – que é dever de todos os crentes conhecer.^{26 27}

É neste contexto que se dá, no final da década de 1970, a revolução islâmica na antiga Pérsia, derrubando a ditadura do Shah Mohammed Reza Pahlavi e transformando o território na República Islâmica do Irão. A Religião desempenhou um papel preponderante, com a introdução clandestina de cassetes em que o fundamentalismo do Ayatullah Ruhollah Khomeini – com uma imagem de rebelde austero e empenhado e uma aura mística ganha no exílio – era difundido por todo o país incitando à revolta contra um governante corrupto que tinha voltado as costas à sua própria cultura, para abraçar os valores ocidentais. Por fim, os *mullahs* instauraram um regime ainda mais duro que o do Shah, impondo a *Shari'a* ou Lei Religiosa ao mesmo tempo que eram impiedosamente perseguidos os que não concordavam com um governo religioso. Actualmente, apesar da influência do clero – na pessoa do Supremo Líder Ayatullah Ali Khamenei – em todos os aspectos da vida do país ser determinante, sobrepondo-se mesmo à autoridade do moderado e democraticamente eleito Presidente Mohammed Khatami (por sua vez, também um clérigo) – os governantes, sempre no âmbito de uma estrita obediência aos princípios corânicos, optaram por uma via de maior pragmatismo.^{28 29}

No Japão, por outro lado, o imperador é considerado divino – “reinando acima das nuvens” – e essa condição é milenar e inquestionável ainda nos dias de hoje. No epílogo da 2ª Guerra Mundial, após os bombardeamentos de Hiroshima e Nagasaki, a máquina de guerra japonesa deu-se por vencida e rendeu-se pondo uma única condição: que o seu imperador, Hirohito, fosse respeitado. Inteligentemente, os vencedores americanos, por intermédio do Gen. Douglas MacArthur, compreenderam que a figura do imperador era um símbolo de união do povo japonês, o qual por certo se rebelaria caso o seu amado governante fosse tratado como um criminoso de guerra, dificultando enormemente

a tarefa de reconstruir o país. Como refere um antigo provérbio japonês: «Podemos olhar de relance os grandes senhores, mas se contemplarmos o *shogun* ficaremos cegos; quanto ao Imperador, ninguém pode sequer vê-lo.»³⁰

A luta pela independência na Índia, teve vários protagonistas. Certamente que o mais emblemático foi Mohandas Karamchand Gandhi, mais conhecido por *Mahatma* (Grande Alma) Gandhi, que aplicou os valores éticos do Hinduísmo ao movimento nacionalista, através da transposição de conceitos religiosos comuns às diferentes etnias indianas para as táticas políticas, naquilo que chamaria *satyagraha* (a força da verdade) e *ahimsa* (não violência). No entanto, nem todos partilhavam desta visão: Mohammed Ali Jinnah e a sua Liga Muçulmana, suspeitando do que para eles era a “hinduização” do movimento por parte de Gandhi, exigiram aos Britânicos a criação de um Estado muçulmano separado. Gandhi protestou veementemente contra a separação do país, o que veio a exacerbar os ódios dos radicais hindus que viam nisso uma cedência aos muçulmanos; não decorreria muito tempo até que o *Mahatma* fosse assassinado por um deles.³¹ O Paquistão foi assim criado porque, segundo os religiosos islâmicos, o Islão estaria em perigo e só poderia ser salvo através de um governo islâmico. Os conflitos com a Índia não pararam desde então, antes pelo contrário; a região de Cachemira, de maioria muçulmana num país quase totalmente hindu, é actualmente o pomo da discórdia, naquilo que alguns autores referem ser para o Paquistão a mais declarada das guerras não declaradas.³²

Regressando ao Ocidente, a década de 1960 nos Estados Unidos, seria marcada pela luta contra o racismo, levada a cabo pelo pastor Martin Luther King Jr., um pregador protestante, que, inspirado na não-violência de Gandhi, batalhou pelos direitos dos negros inspirado pela história do povo judeu no Velho Testamento e na doutrina cristã do Novo Testamento. A Igreja negra americana, já então a mais forte e independente das instituições negras, serviu de apoio à coragem física e fé na não violência de Luther King para o derrube de uma “Cortina de Algodão” que oprimia a população de cor no Sul dos E.U.A., tal qual a “Cortina de Ferro” impunha o comunismo a Leste.

E já que se fala no comunismo a Leste, o seu colapso teve início a partir da Polónia, com o crescimento do movimento sindical independente Solidariedade, apoiado pela Igreja Católica, devidamente coadjuvada pelos E.U.A. através da CIA, na sequência das reformas introduzidas pelo último Presidente da U.R.S.S., Mikhail Gorbachev, que defendia uma evolução no sentido de uma aproximação dos valores comunistas e dos valores cristãos; o próprio João Paulo II exprimira as suas reservas

²⁶ Marc Ferro, *Falsificações da História*, Mem-Martins, Europa-América, 1981, pp. 73,74.

²⁷ Gerald Messadié, *História Geral de Deus*, Mem-Martins, Europa-América, 2001, p. 17.

²⁸ Cfr. *Great Events of the 20th Century*, USA, Time Books, 1997, p. 50.

²⁹ Cfr. *Visão do Século – As Grandes Figuras do Mundo dos Últimos Cem Anos*, Lisboa, Abril/Controljornal, 1999, pp. 55-57.

³⁰ Cfr. Robert M. Poole in “Imperador Akihito – O Homem no Centro”, *National Geographic* Portugal, Lisboa, Junho 2001, pp. 111-113.

³¹ Cfr. Mark Juergensmeyer, *op. cit.*, pp. 81-90.

³² “the most declared undeclared war”, cfr. M.J. Akbar, *The Shade of Swords – Jihad and the Conflict Between Islam & Christianity*, London & New York, Routledge, 2002, pp. 189-213.

em relação ao capitalismo, pelo que se podia legitimamente considerar que o ideal comunista, assim como o ideal cristão primitivo, procurava eliminar a pobreza e instituir a propriedade colectiva dos bens. Para trás ficara a arrogante pergunta de Estaline – curiosamente, um ex-seminarista que se preparou para um dia exercer o sacerdócio³³ –, quando questionado sobre a importância da Igreja Católica: «Quantas divisões tem o Papa?»³⁴ Como proclamou orgulhosamente em entrevista S. Bayantsagaan, presidente da Associação de Crentes Mongóis: «O comunismo tentou conquistar a religião, mas agora a religião está a substituir o comunismo.»³⁵

Muitas convulsões tiveram lugar na História, sempre com a Religião como pano de fundo. Em alguns casos, subtil, noutros, mais ostensiva, teve sempre uma influência decisiva.

Religião versus História – I

Além dos contributos e influência, a Religião tem também, ao longo dos séculos, tido alguns conflitos com a História, pois, pela sua própria natureza, a primeira tende a cristalizar em dogmas ou pressupostos que se pretendem indiscutíveis, enquanto que a segunda está em constante revisão, com novos contributos do conhecimento que lançam luz sobre o passado.

Na actualidade, o conflito centra-se, entre outras, na questão da origem do Homem e aqui duas teorias se opõem: Criacionismo e Evolucionismo.³⁶ Não é objectivo deste artigo aprofundar até aos seus limites últimos o debate em torno destas duas teorias, mas apenas dar uma noção geral daquilo que está em confronto e em que medida é que se relaciona com a História, pois que uma revisão tão profunda dos conceitos sobre este tema vem pôr em causa os conhecimentos que são a base do estudo, entre outras, da Pré-História e da Arqueologia, o que tem repercussões no estudo da própria História como continuidade e fim último destas disciplinas, como adiante será demonstrado.

Poder-se-ia pensar que este era um debate estéril e inútil e que, comparada com a ciência evolucionária, a teoria criacionista não tem qualquer base de sustentação quando olhada racionalmente. Considerando também a sua natureza religiosa, seria claro que não pertence ao domínio da ciência. No entanto, os criacionistas têm tido êxito em convencer as pessoas menos informadas de que as suas afirmações têm mérito científico e que a teoria evolucionista tem falhas. E aqui pode estabelecer-se uma divisão entre as várias correntes de opinião: evolucionistas, criacionistas científicos e criacionistas bíblicos.

Os evolucionistas, apesar de debaterem intensamente sobre os aspectos particulares da evolução, concordam em que esta ocorreu e ocorre no mundo; os criacionistas científicos, concordam basicamente com uma teoria da evolução, mas consideram que foi Deus quem dispôs as coisas para que a evolução tivesse início, acompanhando-a depois a par e passo até aos nossos dias.

Os criacionistas bíblicos, porém, consideram um modelo do mundo baseado na crença de que um ser inteligente – Deus – criou o Universo e todas as coisas nele existentes, tomando os primeiros onze capítulos da Bíblia (o Génesis e o Êxodo) como sendo verdadeira prova histórica, incluindo a criação de todas as coisas em seis dias de 24 horas, a existência de Adão e Eva como o primeiro homem e a primeira mulher, a não natural introdução da “morte” na criação perfeita devido à desobediência de Adão e Eva e a ocorrência de uma cheia mundial – para a qual Noé construiu a arca – que destruiu a maior parte da vida.

Uma entidade que promove a causa do criacionismo é o Instituto para a Pesquisa Criacional (Institute for Creation Research – ICR)³⁷, que incorpora a doutrina básica do Cristianismo organizada em dois conjuntos de postulados, defendendo, respectivamente, um mundo criado por Deus e um mundo inspirado por Deus, o Criacionismo Bíblico e o Criacionismo Científico, considerando-se não só as duas vertentes compatíveis, como também que toda a evidência científica apoia a Bíblia.

Deve, no entanto, ressaltar-se que a corrente bíblica é defendida sobretudo por fundamentalistas de confissão religiosa cristã protestante. A Igreja Católica já manifestou a sua opinião neste debate, através da Mensagem do Papa João Paulo II à Academia de Ciências Pontifícia em 22 de Outubro de 1996³⁸. Esta Academia foi criada pelo Papa Pio XI em 1936 como um selecto grupo de estudiosos cuja missão seria informar o Chefe da Igreja dos desenvolvimentos das pesquisas científicas e auxiliá-lo nas suas reflexões.

Nesta Mensagem, João Paulo II explica a preocupação da Igreja com a questão da Evolução por envolver a concepção do Homem e questiona os membros da Academia sobre se as conclusões atingidas pelos vários ramos da ciência coincidem com aquelas contidas na Revelação e, caso sejam contraditórias, em que direcção se deve procurar uma solução para o conflito, uma vez que – como estabelecido pelo Papa Leão XIII na Encíclica “Providentissimus Deus” – uma verdade não pode contradizer outra verdade. Lembrando a Encíclica “Humani generis” de 1950 em que o Papa Pio XII já havia estabelecido que não existe conflito entre evolução e a doutrina da fé sobre o homem e a sua vocação e que o “evolucionismo” era uma hipótese séria, merecedora de investigação aprofundada e estudo iguais à hipótese oposta – desde que não fosse tida como uma doutrina exacta e comprovada, prescindindo-se

³³ Cfr. Mark Juergensmeyer, *op. cit.*, p. 112.

³⁴ Cfr. *Visão do Século – As Grandes Figuras do Mundo dos Últimos Cem Anos*, *op. cit.*, pp. 58-60, 64-67.

³⁵ Entrevista realizada em 1992 in Mark Juergensmeyer, *op. cit.*, p. 115.

³⁶ Cfr. <http://atheism.about.com/religion/library/faqs>; <http://www.talkorigins.org/faqs>.

³⁷ Cfr. <http://www.icr.org/abouticr/tenets.htm>

³⁸ Cfr. <http://www.cin.org/jp2evolu.html>

totalmente da Revelação a respeito das questões levantadas –, reconheceu que após cerca de meio século da publicação desta Encíclica novos conhecimentos levaram à quantificação de mais do que uma teoria.

Reconhece ainda uma convergência não procurada nem fabricada nas opiniões científicas resultantes de uma série de descobertas em vários campos do conhecimento, que constituem fortes argumentos a favor de uma teoria evolucionista. Considera que a validade de uma teoria depende de poder ser ou não verificada, sendo constantemente testada em relação aos factos; sempre que não consiga explicar estes últimos, demonstra as suas limitações e insustentabilidade, pelo que deverá ser repensada. Assim, refere que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus o que significa que é uma pessoa com um valor intrínseco não podendo ser encarado como um mero instrumento da espécie ou da sociedade. Com o seu intelecto e a sua vontade, o homem assemelha-se a Deus e o seu talento especulativo na relação com o seu objecto de conhecimento é similar à relação que Deus mantém com a Sua Criação. É por virtude da sua alma espiritual que a pessoa humana é possuidora de uma dignidade que se estende ao seu corpo ou, como referiu Pio XII, se o corpo humano tem origem em matéria viva pré-existente, a alma espiritual é imediatamente criada por Deus.

Deste modo, João Paulo II considera que as teorias da evolução que postulam que a mente evoluiu da matéria viva ou como uma mera supra consequência dessa mesma matéria, são incompatíveis com a verdade acerca do Homem e não acolhem a dignidade da pessoa humana. E considerando os métodos dos vários ramos do conhecimento, é possível conciliar dois pontos de vista aparentemente irreconciliáveis, pois se as ciências da observação descrevem e medem as múltiplas manifestações da vida com cada vez maior precisão e as relacionam com a linha do tempo, o momento de transição para o espiritual, porém, não pode ser objecto deste tipo de observação, o qual, ainda assim, pode descobrir num nível experimental toda uma série de importantes sinais indicando aquilo que é específico do ser humano. Todavia, a experiência do conhecimento metafísico, do auto conhecimento e da auto reflexão, da consciência moral, da liberdade ou da religiosidade, entra no âmbito da análise filosófica e da reflexão, das quais a teologia comporta o seu significado último, de acordo com os planos do Criador. Resumindo, a posição da Igreja Católica poderia dizer-se que a mesma de Cristo, quando, no Novo Testamento, foi questionado sobre se era lícito pagar impostos: “A César o que é de César, a Deus o que é de Deus”. Ou seja, distingue entre a vida biológica, cuja discussão sobre a origem remete à ciência, e a vida espiritual, com origem e fim em Deus.

Quanto ao Evolucionismo, os seus pressupostos são de tal modo conhecidos, que bastará uma breve esquematização. Assim, a Terra ter-se-á formado a partir de uma gigantesca bola de gás condensado, que, juntamente com poeiras estelares, formou também o restante sistema solar, após se ter aglomerado e iniciado reacções nucleares formando o

Sol. Quando arrefeceu o suficiente, criou-se uma sopa de aminoácidos que, a partir de reacções químicas provocadas pelas descargas eléctricas da atmosfera, criou as primeiras formas de vida, os organismos unicelulares. Alguns milhões de anos mais tarde, a progressiva complexidade das células dá origem aos primeiros vertebrados e, após mais alguns milhões de anos decorridos, surgem os mamíferos. A próxima etapa contempla o aparecimento dos primeiros homínídeos, semelhantes a grandes macacos; a alteração das condições ambientais – sempre um factor catalisador da evolução – vai produzindo formas cada vez mais aprimoradas desde o *Homo erectus* até ao *Homo sapiens*, desde os primeiros bípedes até chegar finalmente ao homem moderno.

É este o panorama actual no debate que opõe o criacionismo ao evolucionismo. Outras temáticas, como a clonagem humana, o aborto ou a eutanásia, ilustram bem os conflitos da Religião com a História, que surgem de cada vez que as mentalidades e o ambiente cultural mudam a uma velocidade maior que aquela que os dogmas religiosos conseguem acompanhar.

Por outro lado, é irónico verificar que são os grupos religiosos marginais – vulgarmente conhecidos por seitas – que frequentemente dão um salto no escuro, em termos civilizacionais. Aconteceu assim, por exemplo, com a implementação do Cristianismo ao tempo do império romano, ou, mais recentemente, com a pretensão – justificada ou não – por parte da seita dos Raelianos de ter concebido o primeiro clone humano. Independentemente das questões científicas ou da licitude ou falta dela que este assunto levanta, que não será mais que um reflexo de convicções morais interiorizadas pela civilização ocidental, é interessante constatar ser a Religião a maior motivação quer para a hipotética clonagem, quer para a luta contra este processo.

Religião versus História – II

«Não pode haver verdadeiros amigos, sem verdadeiros inimigos. Não podemos amar o que somos se não odiarmos o que não somos. Estas são velhas verdades que, penosamente, redescobrimos (...). Aqueles que as negam, negam a família, a sua herança, a sua cultura, o seu património, a própria personalidade! (...)» – Michael Dibdin³⁹

«Os conflitos culturais estão a aumentar e são hoje mais perigosos do que em qualquer outra época da História.» – Vaclav Havel⁴⁰

«Os futuros conflitos serão provocados por factores culturais, e não por razões económicas ou ideológicas.» – Jacques Delors⁴¹

³⁹ apud Samuel P. Huntington, *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Lisboa, Gradiva, 2001, p. 20.

⁴⁰ in “The new measure of man”, *New York Times*, 08/07/1994, apud Samuel P. Huntington, *op. cit.*, p. 29.

⁴¹ in “Questions concerning European security”, discurso proferido no International Institute of Strategic Studies, Bruxelas, 10 de Setembro de 1993, apud Samuel P. Huntington, *op. cit.*, p. 29.

Na actualidade, recorre-se à Religião para defesa contra uma evolução histórica geradora de profundas injustiças sociais e divisória do mundo em países ricos e pobres. Este conflito é eficazmente ilustrado pela exaltação dos diversos nacionalismos não ocidentais, com particular ênfase no revivalismo religioso, que pretende um regresso às origens para opor à crescente influência económica e cultural do mundo ocidental. Pretende-se não apenas o retomar dos valores religiosos tradicionais, como também a promoção destes em esteios da sociedade, substituindo uma administração secular e laica por outra formada a partir e sob a tutela do clero.

Um exemplo flagrante é o conflito israelo-palestiniano, que já aqui foi referido⁴². Efectivamente, pode considerar-se que as raízes do actual ressentimento que germina na população palestina, surgem não apenas do solo da gritante diferença de nível de vida em comparação com a população israelita – um rendimento médio anual de 800 dólares na Palestina e de 8 mil dólares em Israel⁴³ –, mas também do solo da religiosidade. Poderá parecer, numa primeira impressão, que as motivações desta ordem terão, quando muito, um carácter secundário. Todavia, examinando o problema de ângulo mais aproximado, notam-se certas coincidências demasiadamente coincidentes para serem fortuitas, como acontece com os dois dos principais movimentos anti-Israel, o Hamas e o Hizbollah, o primeiro uma coligação liderada por diversos religiosos e o segundo o “Partido de Deus”. A Religião, tal como noutras partes do mundo, transformou-se na bandeira da luta contra a ocupação por um inimigo militarmente mais poderoso, congregando o ânimo e a vontade da generalidade da população⁴⁴, reclamando para si o despoletar da *Intifada*⁴⁵, a insurreição civil generalizada que mantém a região a ferro e fogo com um infindável rol de ataques e contra-ataques. Contudo, distanciando o olhar das atrocidades diárias que nos chegam pelos *media*, há que procurar o âmago do conflito, a sua verdadeira origem. É que é muito possível que, mais uma vez, seja numa visão exacerbada da Religião que reside a motivação para este, até à data, irreconciliável conflito.

Tudo terá começado em tempos remotos com Abraão⁴⁶, na cidade de Ur, na Caldeia, onde hoje se situa o Iraque. A sua descendência incluía Isaac, filho de Sara sua esposa, e Ismael, filho de Agar sua escrava. E aqui começariam os problemas: para os judeus a bênção de

Deus foi herdada através de Jacob, filho de Isaac; para os muçulmanos, a missão foi revelada através de Maomé, descendente de Ismael. O povo a quem Deus considerou eleito, merecedor da Revelação, é aquele que terá direito à terra destinada por Deus: a Palestina. Para os cépticos, isto não passará de ficção e lendas, escritos destinados a glorificar a própria tribo. Porém, estes mitos são passados de geração em geração, fazendo parte das tradições e património cultural dos povos, de modo que, quando se transpõem estes conceitos para a actualidade, verifica-se que o que estará em discussão e será a raiz do conflito é exactamente quem tem direito à terra, pois tanto judeus como muçulmanos a reclamam como sua, à margem de qualquer evolução histórica.

E esta divergência só tem vindo a piorar, com o fundamentalismo demonstrado por ambas as partes.

De facto, após o final da guerra-fria, houve um libertar de tensões acumuladas durante a vigência daquela forma de bipolarização, que se traduziu por um retomar de tradições próprias como reacção contra o modelo de economia de consumo globalizante vencedor. É assim que fundamentalistas de qualquer parte do mundo que se queira considerar atiram ao rio os televisores e proíbem os relógios de pulso e os automóveis, pugnando, ao mesmo tempo, por um retorno a uma vida “sã” e “pura” na qual a religiosidade é dominante.

A realidade, porém, é que mesmo nos casos em que isso foi conseguido, como na Revolução Islâmica do Irão, passados os primeiros ardores reformistas surge a necessidade de ser pragmático, tendo em vista o bem estar social dos cidadãos que também é missão da Religião promover⁴⁷, sob pena de os povos ficarem isolados do mundo que os rodeia, formando comunidades restritas e escassamente autosuficientes como as diversas seitas cristãs um pouco por todo o mundo e outros grupos que rejeitam em maior ou menor grau fazerem parte das sociedades em que estão inseridos, quase sempre com fundamentos religiosos.

O caminho alternativo, é a Religião aliar-se à evolução histórica, em vez de tentar infrutiferamente contrariá-la, de modo a poder exercer alguma influência no sentido do bem comum. Combinar a preservação dos valores, práticas e instituições intrínsecas das sociedades com a modernização, aquilo a que no Japão se encarou como *Wakon, Yōsei* “espírito japonês, técnica ocidental” (que resultaria no salto tecnológico que o país deu a partir de finais da década de 1980), e na China se chamou *Ti-Yong* “aprender os princípios fundamentais chineses, aprender o uso prático ocidental” (um princípio que, apesar de datar dos finais da dinastia Ch’ing, é levado muito a sério pelas actuais autoridades, catapultando o país para uma potência de primeira grandeza num futuro não muito distante).⁴⁸

Por outro lado, ao longo da História, a Religião sempre foi um motivo de conflito entre Ocidente e Oriente, tendo como principais protagonistas

⁴² Vide *supra* n. 7.

⁴³ Cfr. Silvio Berlusconi in *Visão – Edição Histórica/Um Ano Depois*, Lisboa, Abril/Controljornal, Setembro de 2002, pp. 70, 71.

⁴⁴ “A distinção entre a OLP e o Hamas é artificial. Devemos unir-nos agora contra um inimigo comum; amanhã, quando formos livres, poderemos discutir as nossas diferenças.”, palavras de Saleh Zmlot, dirigente estudantil pertencente à Fatah, facção da OLP, em entrevista na Universidade Al-Azhar, Cairo, onde estuda Teologia, em Maio de 1990, cfr. Mark Juergensmeyer, *op. cit.*, p. 71.

⁴⁵ Cfr. Mark Juergensmeyer, *op. cit.*, p. 70.

⁴⁶ Cfr. Tad Szulc, “Abraão – Jornada de Fé” in *National Geographic Portugal*, Dezembro de 2001, pp. 24-63.

⁴⁷ Vide *supra* n. 24.

⁴⁸ Cfr. Samuel P. Huntington, *op. cit.*, pp. 82-89.

o Cristianismo (católico, protestante ou ortodoxo) e o Islão; conhecendo alguns, breves, períodos de coexistência pacífica, o relacionamento entre as duas crenças tem sido de intensa rivalidade e até de guerra. Como referiu John Esposito: «[A sua] dinâmica histórica (...) com frequência colocou as duas comunidades em competição e, por vezes, fê-las entrar em combates mortais pelo poder, pela terra e pelas almas.»⁴⁹

O futuro poderá levar ao esbater desses conflitos, mas daí resultará provavelmente uma nova guerra fria, não já entre as ideologias capitalista e marxista, mas pelo confronto dos dois maiores monoteísmos e dos poderes que lhes estão associados. E, de novo, a Religião irá defrontar a História.

Conclusão

Pode afirmar-se que as relações entre Religião e História só foram harmoniosas quando a segunda era um complemento da primeira. Efectivamente, desde que foi ganhando vida própria e tentando um distanciamento do objecto de estudo, a História tem mantido uma independência que não raras vezes causa desconforto à Religião, ao lembrar-lhe os erros cometidos ao longo da sua existência.

Como sempre se verificou ao longo dos tempos, os piores inimigos da Religião não são os infiéis (de qualquer credo), os cientistas, os racionalistas ou os ateus, mas sim aqueles que surgem fanaticamente em sua defesa, querendo impor a sua interpretação religiosa pessoal a todos os outros.

Mas o que é realmente irónico é na actualidade a Religião servir-se da História para comprovar os seus dogmas⁵⁰, ao contrário do estudo da Antiguidade que muitas vezes só é possível recorrendo a textos sagrados.

Nestes tempos em que se procura que a ciência e a tecnologia deem resposta a tudo, a Religião continua a ter um peso enorme em qualquer sociedade que se queira considerar, influenciando-a de uma forma ou de outra, desde os radicais islâmicos, cristãos ou judeus, até às instituições religiosas estabelecidas nas sociedades (quer sejam governo ou tenham o estatuto de parceiros sociais). Não será por acaso que o Presidente americano não se cansa de pedir a bênção de Deus para o seu país, que a Rainha de Inglaterra é também Chefe da Igreja Anglicana ou que num país oficialmente laico como Portugal não se dispense a bênção por um sacerdote de pontes, edifícios, viaturas de bombeiros, etc...

Analisando a evolução histórica desde os primórdios da humanidade, verifica-se que, se é verdade que a Religião pode ser considerada o motor da História, não é menos verdade que dificilmente a consegue acompanhar.

⁴⁹ John L. Esposito, *The Islamic Threat: Myth or Reality*, New York, Oxford University Press, 1992, p. 46, *apud* Samuel P. Huntington, *op cit.*, p. 245.

⁵⁰ Richard Swinburne, *Será que Deus existe?*, Lisboa, Gradiva, 1998. Usando raciocínios comparativos entre documentos e registos históricos das principais religiões monoteístas, o autor, professor de Filosofia da Religião Cristã na Universidade de Oxford, argumenta a favor da existência de um Deus único, onnipotente, omnipresente e... cristão.

Bibliografia

- AKBAR, M.J., *The Shade of Swords – Jihad and the Conflict Between Islam & Christianity*, London & New York, Routledge, 2002.
- COSTA, Helder Santos, *O Revivalismo Islâmico*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001.
- ELIADE, Mircea, *O Mito do Eterno Retorno*, Lisboa, Edições 70, s.d.
- FALLACI, Oriana, *Entrevista com a História*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1975.
- FERRO, Marc, *Falsificações da História*, Mem-Martins, Europa-América, 1981.
- GOMES, António Ferreira, *Carta ao Cardeal Cerejeira, 16 de Julho de 1968*, José Barreto (introdução e notas), Lisboa, Publicações D. Quixote, 1996.
- HEINLEIN, Robert A., *O Dia Depois de Amanhã*, Mem-Martins, Europa-América, s.d.
- HUNTINGTON, Samuel P., *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Lisboa, Gradiva, 2001, 2ª edição.
- JUERGENSMEYER, Mark, *The New Cold War? - Religious Nationalism Confronts the Secular State*, Los Angeles, University of California Press, 1994.
- KELLER, Werner, *História do Povo Judeu*, Alfragide, Imprimarte, 1966.
- KÜNG, Hans, *O Cristianismo – Essência e História*, Braga, Círculo de Leitores, 2002.
- LE GOFF, Jacques, *A Civilização do Ocidente Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, 2 vols.
- LEROI-GOURHAN, André, *As Religiões da Pré-História*, Lisboa, Edições 70, 1982.
- MESSADIÉ Gerald, *História Geral de Deus – Da Antiguidade à Época Contemporânea*, colec. Biblioteca das Ideias, Mem-Martins, Europa-América, 2001.
- MORRIS, A.E.J., *Historia de la Forma Urbana – Desde Sus Orígenes Hasta la Revolución Industrial*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2001, 7ª edição.
- RUNCIMAN, Steven, *História das Cruzadas*, Lisboa, Livros Horizonte, 1993, 3 vols.
- SWINBURNE, Richard, *Será Que Deus Existe?*, Lisboa, Gradiva, 1998.
- WILGES, Irineu, *Cultura Religiosa: As Religiões no Mundo*, Petrópolis, Editora Vozes, 2000, 11ª edição.
- Dicionário Enciclopédico de Língua Portuguesa*, Selecções do Reader's Digest, Lisboa, Publicações Alfa, 1992, 2 vols.
- Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Selecções do Reader's Digest, Lisboa, Publicações Alfa, 1985, 2 vols.
- Great Events of the 20th Century*, USA, Time Books, 1997.
- National Geographic Portugal*, Lisboa, Junho de 2001.
- National Geographic Portugal*, Lisboa, Dezembro de 2001.
- Visão do Século – As Grandes Figuras do Mundo dos Últimos Cem Anos*, Lisboa, Abril/Controljornal, 1999.
- Visão – Edição Histórica/Um Ano Depois*, Lisboa, Abril/Controljornal, Setembro de 2002.

Bibliografia on-line

- <http://www.time.com/time/magazine/>
- <http://puccamp.a1eph.com.br/bruxaria/inquisicao.html>
- <http://www.teatro-dmaria.pt/historia/inquisicao.htm>
- http://www.clofas.com.br/html/santa_se/religiosos/sotemum.htm
- <http://atheism.about.com/religion/library/faqs>
- <http://www.talkorigins.org/ifaqs>
- <http://www.icr.org/abouticr/tenets.htm>
- <http://www.cin.org/jp2evolu.html>